
**ASPECTOS ACTUAIS DA AGRICULTURA PORTUGUESA
SUA EVOLUÇÃO E INSERÇÃO NA CEE**

Apolinário Vaz Portugal

ASPECTOS ACTUAIS DA AGRICULTURA PORTUGUESA SUA EVOLUÇÃO E INSERÇÃO NA CEE

1 — INDICADORES DA AGRICULTURA PORTUGUESA

A agricultura, como parceiro essencial ao desenvolvimento da economia, provoca, com o seu crescimento e aceleração, o aumento da «procura» em outros sectores da actividade económica e solicita o investimento. É sempre uma *actividade apoiada*, procurando, em função desta, situar a sua viabilização na competitividade com os outros sectores económicos. Poderíamos assim afirmar, como conceito geral, que a sua viabilização é função dos níveis de rendimento a obter ou a apoiar. O suporte à actividade agrícola pressupõe certo grau de orientação para o mesmo, procurando-se, através de mecanismos financeiros, de mercado ou de outros, a evolução da agricultura, a sua organização e a sua segurança (tranquilidade para quem investe), reduzindo o apoio governamental à ineficiência, mantida por «custos sociais».

1.1 — No caso da agricultura portuguesa, são de natureza *estrutural* e *conjuntural* as fragilidades do sector, a traduzirem um estado de crescimento insignificante ou estagnado, característico de uma *agricultura de subsistência* que nos *apavora*, quando se exige que seja, no domínio económico e pela sua competitividade, um parceiro de valia e não parente pobre da estrutura socioeconómica e cultural do País. O estágio de desenvolvimento em que nos situamos na agricultura carece de evolução, apoiada e realista, faseando, no tempo, os objectivos a atingir. Dada a incidência da estrutura social do mundo rural no equilíbrio sociopolítico, a evolução agrícola tem de ter em consideração aquele tecido que dela é fortemente dependente, provocando modificações por fases, sem criar roturas ou processos de «mudança» bruscos. O óptimo será, nestes casos e no tempo, o possível a atingir!

Precisemos alguns indicadores do estado de desenvolvimento da agricultura portuguesa.

1.1.1 — *Balança Agrícola*

A instabilidade da Balança Agrícola Portuguesa, deve-se principalmente, ao aumento mais generalizado do poder de compra da população portuguesa, ao aumento da população portuguesa que recebeu cerca de 1 milhão de portugueses das colónias portuguesas de África, ao reflexo da crise de energia (Portugal importa em energia cerca de 16 % do total das suas importações), à inflação/recessão provocada pela desvalorização do escudo e valorização do dólar, aos efeitos da luta ideológica por que, após a revolução de Abril de 1974, PORTUGAL passou, e aos efeitos adversos do clima. A um crescimento da «procura», a oferta de bens alimentares tornou-se menos eficiente, obrigando à importação, nomeadamente de cereais e oleaginosas. Importou-se no ano de 1981 cerca de 71 % do trigo consumido e 70 a 75 % do milho utilizado, nomeadamente, na produção de carne e leite!

A «procura» não provocou o aumento de produção e a evolução tecnológica desejada do sector produtivo nacional (modernização da agricultura), situação agravada ainda por condições climáticas adversas nos últimos dois anos.

1.1.2 — *O crescimento agrícola*

Por falta de uma política agrícola agressiva e integrada no desenvolvimento económico dos outros sectores, provocando a mudança, é praticamente nulo o crescimento verificado nos últimos anos, com valores negativos durante os anos de 1975 a 1977, reflexo da reforma agrária verificada no Sul do País.

1.1.3 — *Investimento na agricultura*

A preços constantes de 1963, o investimento realizado no sector é, na década de 1970, da ordem dos 6 %, tendo os outros sectores económicos recebido 44 % e 50 %, respectivamente, para a indústria e a prestação de serviços. Praticamente não se investe o montante adequado ao que, em cada ano, se deprecia no sector. Nos últimos anos tem-se verificado algum esforço no investimento em agricultura, embora

a orientação, aplicação e o controlo não estejam isentos de crítica. Julgo que se deve fazer um esforço neste domínio do investimento à agricultura, precisando:

- a) Quanto se dispõe para o investimento;
- b) Como orientar, seleccionar e diferenciar os incentivos ao investimento;
- c) Como organizar e controlar a sua aplicação.

Na nossa opinião a criação de um sistema de crédito agrícola transparente e objectivo, em face da nossa situação real e não o exigível e aplicável a uma posição aceitável de desenvolvimento do sector agrícola, deve ser o responsável por se poderem atingir níveis desejáveis de formação de capital e taxas adequadas de crescimento para o sector. Há que ser claros; estamos numa fase de desenvolvimento incipiente; há que corrigir, há que mudar! Para isso a óptica de aplicação do crédito à agricultura tem de considerar o *atraso* em que nos encontramos.

1.1.4 — Conclusão

A agricultura portuguesa *manifesta*: deficiente investimento; crescimento estagnado; insatisfação de ocorrer às necessidades da procura interna; incidência alarmante na balança comercial, sobretudo em função do quantitativo de divisas que todos os anos somos forçados a gastar para nos sustentar. Contudo, Portugal tem possibilidades de produzir mais do que importa neste momento!

A agricultura portuguesa é, contudo, e ainda por falta dos outros sectores económicos ou por imprecisão da implementação do modelo económico português, a única solução de trabalho para cerca de 30 % da população activa portuguesa (países da CEE, cerca de 7 %), e contribui, com o seu diminuto crescimento e deficiente produtividade, em cerca de 10 % a 14 % do PIB (a média da CEE é de menos de 4 %). Penaliza as importações totais que o País faz com cerca de 20 a 25 % e acrescenta ao valor das exportações totais cerca de 30 a 35 % destas. Atinge, nos últimos 3 anos, para o caso da Balança Agrícola, valores de exportação que cobrem em mais de 80 % o valor gasto com as importações. Perante estes números insurgimo-nos com aqueles

que se voltam para o sector agrícola e lhe atribuem a fragilidade e debilidade da nossa economia, a causa dos nossos males, e como se tudo o resto estivesse bem ou em vias de o estar! Há necessidade de apoiar o crescimento da agricultura em função de *uma determinante concepção integrada de desenvolvimento* da economia nacional. Há que considerar apoios diferenciados em função das assimetrias de desenvolvimento agrícola nas diferentes regiões do País e da desigualdade deste com os outros sectores económicos. Há que elevar a produtividade agrícola a *níveis possíveis*, por adaptáveis aos recursos e ao ponto de partida em que nos situamos, sem tombar em falsas promessas ou utópicas solicitações, por irreais (quase sempre a cobrir com subsídios, a distorcer as soluções mais aconselháveis e a matar a competitividade do sector).

2 — PRINCIPAIS FACTORES A CONDICIONAR A FALTA DE COMPETITIVIDADE DO SECTOR AGRÍCOLA

São elementos principais que bloqueiam o desenvolvimento da agricultura portuguesa: a não criação da empresa agrícola competitiva é viável; a falta de produtividade no sector; o excesso de mão-de-obra do sector; a preparação e a formação da mão-de-obra disponível feitas para vários níveis de conhecimentos, e responsáveis por transformar o *camponês* e *agricultor* em *agricultor-empresário*; a falta de incentivos à fixação do agricultor à terra como meio digno e remunerativo de vida; a não existência de leis mais justas de Reforma e Previdência para os mais idosos e inferiorizados; a falta de um verdadeiro associativismo agrícola, por forma a se ocupar parte do espaço hoje estatizado; a debilidade da rede de informação permanente, estatística e censitária; o sistema governamental de preços aos produtos agrícolas e de subsídios à agricultura.

Desenvolveremos em síntese os principais factores anteriormente focados que, de natureza estrutural, têm condicionado a evolução da agricultura portuguesa.

2.1 — A não criação da empresa *agrícola competitiva e viável*, susceptível de aceitar a modernização pela dimensão adequada, tem sido a responsável pela deficiente capacidade de resposta do sector aos «inputs» que tem recebido. A redução do ganho unitário e a relação *preços dos factores de produção/preço do produto final* apon-

tam para a dimensão adequada da exploração, garantindo um rendimento bruto adequado e estimulante para quem faz agricultura. Portugal tem cerca de 812 000 explorações agrícolas; 14 % da área total ocupada é feita com explorações com menos de 4 hectares; 50 % desta mesma área é ocupada com explorações com menos de 100 hectares!

A *empresa agrícola* deve ser o centro deste desenvolvimento, deixando a estafada designação de *pequeno e médio agricultor*, mas começando a utilizar as designações de empresas de *rendimento bruto pequeno, médio ou elevado*, procurando-se a evolução justa para quem vive exclusivamente da agricultura. Há que evitar, em função do espaço geográfico onde nos situamos, o sentido de culpa que encobre a inoperacionalidade do sector agrícola, conduzindo uns a serem GENTE neste País e outros a estarem irremediavelmente condenados a que «as suas mãos conheçam a medida da Fome». A agricultura é uma actividade económica, apoiada cientificamente e tendo como base a terra que produz: visa a redução do *número de unidades agrícolas* (vivendo exclusivamente da agricultura) e o *aumento da dimensão destas*. Há que não ter receios ou se deixar arrastar *por falso Humanismo* e buscar, na preparação e promoção constantes do *agricultor-empresário*, a solução estável da agricultura que se deseja.

2.2 — *Produtividade agrícola*

Portugal manifesta níveis unitários muito baixos quer quanto à produção ($1/2$ a $1/4$ das médias da CEE), quer quanto à produtividade do trabalho (no período de 1970/1976 a produtividade do trabalho na agricultura passou de 20,2 a 21,4 e no sector não agrícola de 46,8 a 65,6). Diremos mesmo que a falta de produtividade, consequência da não aplicação ou má aplicação da modernização tecnológica, é responsável pela fraca resposta do sector ao desafio que o mercado da «procura» lhe faz. A modernização da produção agrícola deve fazer acompanhar-se da optimização da produtividade. Sem dúvida Portugal tem potencialidades ineficazmente usadas, necessitando de um planeamento adequado de modo a definir claramente as fontes de produção, suas localizações e os níveis de produtividade reais a poderem ser atingidos. Para melhorar a falta de produtividade do

sector deve-se produzir mais por hectare, mais por unidade de trabalho e mais por unidade de energia consumida. A luta da produção deve estar situada entre estes parâmetros. Há contudo duas situações para o aumento da produção: produção com produtividade ou produção em termos do aumento total do que é produzido e normalmente suportada por «custos sociais» ao longo dos anos, que se tornam difíceis de manter e contribuem para o aumento da inflação.

Deve lutar-se contra a improdutividade! É o caminho mais seguro de lutar contra a *Fome* e a *Pobreza*. Só produzir não é suficiente! Pensamos que a falta de clarificação sobre estas situações é a responsável pela ineficácia de actuação e tem, no caso português, levado a um certo grau de incapacidade que deve ser corrigida com coragem e audácia, se queremos mudar! O desenvolvimento agrícola cientificamente apoiado e baseado na terra que produz tem por objectivo o aumento da produtividade. Este, necessariamente, incide no rendimento bruto a obter e faz depender largamente este da dimensão da exploração agrícola. O agricultor otimizará e tornará viável o uso do que a ciência proporciona (uso dos factores de produção e da modernização tecnológica). As diferentes situações, *produção com produtividade* ou *só produção*, exigem que todos, políticos, sociólogos e agricultores, clarifiquem as suas posições, decidindo e justificando as suas opções.

2.3 — *Utilização adequada do solo disponível*

O solo é o principal factor de produção. Utilizar melhor os solos de que dispomos, criando modelos de produção adequados aos mesmos, é necessidade que, só por si, pode ser responsável pelo aumento da produtividade na agricultura portuguesa.

Portugal possui 8,9 milhões de hectares, donde cerca de 4,7 milhões estão ocupados com explorações e 3 milhões com floresta. Contudo, dos 4,7 milhões ocupados com explorações somente cerca de 2,4 milhões poderão ser de terra arável. Cerca de 2 milhões terão de ser reconvertidos e utilizados para a produção florestal ou pastagens de sobcoberto, donde vastas áreas de sobre-azinho terão de surgir (*solo de aptidões modestas que em outros países da Europa é utilizado para pastagens e em Portugal continua a ser destinado à produção*

de cereais). A correcta reconversão permitirá atingir 0,24 hectares de terra arável por habitante que se identifica com as médias a atribuir aos países da SEE (0,25 a 0,33 hectares habitante). Às disponibilidades em solo juntaremos outros factores tais como a temperatura e a luminosidade que, com a água, poderão ser responsáveis, para as zonas mediterrânicas, por uma agricultura de alta potencialidade, em termos de rendimento de energia armazenada.

Não somos assim, só uma agricultura de recursos pobres. Somos uma agricultura à procura do seu modelo e sobretudo de *organização* que permita implantar a tecnologia de produção, adaptada às nossas condições edafoclimáticas.

2.4 — *Mão-de-obra no sector agrícola*

Portugal manifesta um excesso de mão-de-obra no sector (cerca de 30 % da população activa), por falta de outras soluções para a sua utilização. Este facto impede a evolução e o aparecimento da *empresa agrícola viável* e da *produtividade ansiada*. A preparação do agricultor, por educação permanente, preparará, no futuro, a capacidade de gestão adequada à mudança. Uma elevada percentagem dos agricultores tem uma idade superior aos 50 anos. Leis justas de Reforma, Previdência e Incentivos, a quem trabalha na agricultura, permitirão atacar este problema de excesso de mão-de-obra, contribuindo para a solução, mas não a resolvendo na totalidade. Este será um «custo social» a pagar-se à mudança. Há que possuir menos gente, trabalhando em menos explorações e ocupando correctamente todo o espaço disponível!

2.5. — *Associativismo agrícola*

O débil ou inexistente associativismo responsável e representativo, vocacional e profissional, do sector agrícola, não conduz os agricultores a ocuparem o espaço que lhes compete:

- Na tomada de decisões;
- No apoio tecnicoeconómico às explorações;
- Na participação de orientações e mesmo na gestão dos organismos de coordenação económica do sector (combater o reflexo

da era corporativista e mercantilista, *corresponsabilizando* os agricultores no *abastecimento*, na *comercialização*, na *conservação* e na *transformação* dos produtos que produzem).

Há assim necessidade de as organizações vocacionais de agricultores ocuparem o espaço que a máquina do Estado possui.

É evidente o paternalismo de Estado e a larga intervenção estatal no sector agrícola, principalmente no controlo de preços e na distribuição de subsídios. O desejável seria libertar ou reduzir a influência das decisões governamentais na formulação dos preços agrícolas e anular a política de subsídios, que não são usados necessariamente para apoiar a «mudança» da agricultura portuguesa. Ao Governo deve competir apenas a coordenação e a defesa dos variados interesses, deixando à actividade produtiva a livre iniciativa.

2.6 — Rede de informação permanente

Torna-se também indispensável, para aferir, a cada momento, do estágio de desenvolvimento da agricultura portuguesa e se fazer uma análise à forma e ritmo a que se processa a sua evolução, que se criem mecanismos de informação permanente. A estatística, a elaboração de cadastros e as operações censitárias permitirão a tomada de decisões pelo melhor conhecimento do nosso aparelho produtivo.

2.7 — O modelo integrado de desenvolvimento da economia portuguesa

O modelo integrado de desenvolvimento, que posicione a política agrícola a fomentar, constituirá a base da evolução a prosseguir.

Há que programar o desenvolvimento integrado da *Economia Nacional*, colocando a *agricultura* na sua posição chave. Há que ter a coragem de provocar a «mudança» e a *determinação* de lhe dar execução, apoiando esta por fases e dimensionando os apoios, nomeadamente o crédito, segundo o estágio de desenvolvimento das Regiões ou das produções agrícolas. Portugal tem regiões atrasadas, cujas assimetrias são de corrigir, e possui produções com níveis unitários muito baixos!

O planeamento da agricultura deve ser baseado na capacidade agrícola de produção e de reconversão (dando especial relevo à conservação das potencialidades naturais) e numa política de desenvolvimento integrado, a médio e a longo prazos, bem equilibrada, altamente especializada e agressiva. Esta *política* exige apoios financeiros adequados e dirigidos à industrialização da produção, à defesa da qualidade do produzido, do transformado e dos factores de produção utilizados e à exportação dos produtos agrícolas. Deverá esta política de desenvolvimento agrário apoiar-se nos agricultores que, para além da sua experiência profissional, terão de ser bons gestores e verdadeiros dirigentes das associações socioprofissionais e de classe, que lhes possibilitem desejáveis poderes, político e socioeconómico. Deve, finalmente, esta política estar baseada em serviços capazes de lhes fornecerem o *conhecimento*, a *evolução tecnológica (modernização)* e, atempadamente, a *informação* necessária à definição das prioridades e à previsão quanto ao volume a atingir pela produção para se fundamentar a tomada de opções.

A componente agrícola de desenvolvimento integrado visará, assim: *ordenar* e, em certa medida, *modificar* os sistemas de cultura tradicionais, ajustando-os às condições agroecológicas; *augmentar a produtividade*; *racionalizar* a utilização dos recursos; *viabilizar* as explorações agrícolas. A estratégia deve visar objectivos de maior impacto e aderência, concentrando as acções e os esforços em áreas seleccionadas. Será assim mais fácil avaliar o que foi feito, adaptar a evolução e, em tipo «task-force», concentrar os meios disponíveis e sempre parcos no que se apresenta de solução mais rápida e mais remunerativa, económica e socialmente. Entre os meios a dispor, o *dinheiro* assume um papel essencial pois é competitivo nos mercados financeiros para permitir a má utilização do mesmo.

3 — INTEGRAÇÃO AGRÍCOLA NA CEE

As negociações com a CEE conduzirão a que Portugal tenha acesso livre e sem entraves a um mercado diversificado de enorme potencial qualitativo e quantitativo (já dependem deste em cerca de 55% as nossas exportações).

Há que saber, assim, utilizar bem as ajudas para apoiar a «mudança» que se terá de verificar na agricultura portuguesa, a passar de uma estrutura económica de subsistência a uma estrutura competitiva. Teremos de abrir melhor o nosso mercado nos países da CEE e aceitar as condições que estes conferem a certos países preferenciais e que, quando bem utilizadas, nos possibilitam corrigir as assimetrias de desenvolvimento em relação aos países da CEE e, dentro do nosso país, em relação às diferentes regiões e produções agrícolas. Estes mecanismos podem agir como aceleradores da «mudança» que se deseja, eliminando a «botle neck» que a «inércia» portuguesa estará tentada a manter mesmo após a nossa integração!

Temos de nos encaixar, o que se não fará sem grandes dificuldades, nas tendências da agricultura europeia que, em 1980 e em relação à última década, se sintetizavam em:

- a) Diminuição das superfícies cultivadas e diminuição da mão-de-obra no sector, sem quebra de produção pelo aumento da produtividade;
- b) Diminuição do número de explorações e aumento da sua superfície;
- c) Modificação na estrutura das explorações familiares e aparecimento de novas formas de organização.

Poderíamos assim afirmar: *Na agricultura da CEE menos gente trabalhando menos áreas produzem mais alimentos de qualidade e outros bens essenciais.*

São indicadores desta capacidade produtiva, no período de 1968 a 1977, os seguintes:

Produtividade por Ha	+ 2,4 % ao ano
Produtividade Agrícola	+ 6,3 % ao ano
Aumento da Produção	+ 3,0 % ao ano
População Activa	— 4,2 % ao ano
Superfície Agrícola Utilizada (SAU)	— 0,6 % ao ano

Apesar de todos os progressos observados e conseguidos pela agricultura das comunidades, a Política Agrícola Comum necessita de mudar e adaptar-se melhor e com mais justiça aos objectivos do Tratado de Roma. No momento presente não é possível concluir que a produção agrícola seja igualmente eficiente em todos os países membros! A análise aos

custos de produção e à «eficiência» da produção manifesta diferenças significativas entre os países membros. O conceito de modernização da agricultura apresenta-se, algumas vezes, desajustado da optimização dos recursos potenciais disponíveis, conduzindo ao uso e abuso de tecnologias que nada têm a ver com o país onde se aplicam. A entrada de Portugal envolve a utilização de fundos competindo no orçamento com a secção de garantia do FEOGA. É necessária uma remodelação na política agrícola comum e na política de subsídios. Os mecanismos do FEOGA, principalmente as quantias a dispor pela sua secção de orientação, devem ser substancialmente aumentadas. Mais desejamos que, principalmente na política de estruturas, Portugal seja capaz de, após a sua integração, interferir de uma forma positiva nas decisões, através de perspectivas próprias a adicionar às linhas de orientação impostas e, desta forma, *afirmar-se* perante os países das comunidades que em nós acreditam.

A concluir estas notas alertamos para um problema que afecta gravemente o agricultor do Mercado Comum: *o seu débito progressivo*.

A oportunidade que o agricultor tem de poupar dinheiro já passou! As consequências da inflação sempre crescente, para além do preço dos «inputs», o aumento das taxas (o dinheiro é muito caro!), o aumento da procura para grandes créditos de modo a facilitar ao agricultor e seus familiares as comodidades já alcançadas pelos não agricultores, tudo isto, juntamente com os fracos lucros (quer devido aos baixos preços praticados ou à fraca rendibilidade das explorações), significa que, no momento presente, o agricultor não pode retirar, do rendimento bruto, nada para reinvestir ou amealhar com vista à sua própria segurança. Por estas razões o agricultor assiste a um crescimento acelerado dos seus débitos e encargos!

Por outro lado, os bancos ainda exigem os mesmos padrões de credibilidade que eram normais quando o agricultor investia a maior parte das suas poupanças em outras actividades que não a agricultura. Espera-se que, para o crescimento da produção, o agricultor possa ter acesso à disponibilidade de créditos consideráveis para o investimento. Pensamos mesmo que, depois de uma euforia inicial, o agricultor se defronte com elevadas taxas de juro, aumentando cada vez mais os seus débitos (a evidente falta de formação de capital na nossa agricultura, desde o início do processo, deve ser apontada!). Se os bancos não alteram os seus padrões de credibilidade, tendo em consideração a situação presente, serão responsá-

veis pelo principal bloqueio ao crescimento e, também, pelo adiamento da «mudança» que nunca mais será realizada, na agricultura portuguesa. A agricultura portuguesa deve dar uma resposta ao desafio que se lhe faz! Mas para isso todos devem estar envolvidos nele. Em síntese, diremos o que se pensa acerca das principais orientações sobre o que deve ser feito, de modo a justificar o passo possível e desejável para que a nossa agricultura possa ser diferente e encare a sua integração na CEE:

- a) Aumentar a produtividade pela intensificação, diversificação (especialização) e modernização tecnológica a serem usadas na exploração agrícola, principalmente no domínio da produção de cereais e oleaginosas;
- b) Intensificar a produção de fontes forrageiras e pastagens de forma a nelas assentar a produção animal possível, por mais viável;
- c) Consolidar o aumento das exportações de produtos frescos, enlatados e conservados, procurando novos mercados para os nossos produtos, nomeadamente os seguintes:
 - Frutos e frutos secos;
 - Vinho (estabelecendo uma política de vinho assente na defesa da qualidade);
 - Produtos hortícolas;
 - Flores;
 - Carne de ovino;
 - Produtos florestais.
- d) Criar infra-estruturas nos sectores comercial e agro-industrial para fazer face à oferta sazonal e ocasional dos nossos produtos agrícolas, a qual se identifica com a natureza da nossa produção;
- e) Contrariar a falta de standardização e de qualidade dos produtos a serem comercializados e de informação sobre os mercados. Não há organização! Há capacidade fragil de armazenamento e conservação de produtos perecíveis (uma importante falha na cadeia *produção/processamento ou conservação/comercialização!*);
- f) Combater a existência de um sistema híbrido de mercado, reflectindo monopólios de importação de alguns produtos agrícolas, uma forte intervenção estatal na definição de preços e um complexo sistema de subsídios, quer à produção quer a nível do consumidor.

4 — CONCLUSÃO

Ninguém deseja participar no processo de integração económica se as suas condições e possibilidades de vida não forem melhoradas!

Portanto PORTUGAL deve ganhar com a sua integração na CEE.

Devemos dizer: PORTUGAL, com a integração ou não, é obrigado a «mudar» o modelo económico e produtivo da sua agricultura.

A nossa integração agrícola não é uma tarefa fácil! O problema está em ajudar e estimular esta integração, forçando a «mudança».

A agricultura portuguesa responsável não quer sentir o peso do «custo social» para a sua inoperacionalidade. Não é um mal ser-se agricultor ou ter de se fazer agricultura com terra, no contexto económico nacional: *é um mal fazê-lo mal ou deficientemente por falta de dimensão, recursos e incentivos!*

É nossa convicção que a *redução do défice da Balança Agrícola de pagamentos passa fundamentalmente por se produzir mais do que se importa*; ou reduzir o que se importa, criando tecnologias alternativas para o uso daqueles produtos em que assenta, nomeadamente, a produção animal. Há que estabelecer o plano de produção que se dirija à *unidade que é a empresa agrícola e ao agricultor que é o empresário*, integrado na região e esta no País. *A participação dos agricultores, na tomada de decisões que lhes dizem respeito, só se tornará efectiva desde que organizada*. O desenvolvimento do plano só será eficiente quando incluir a participação efectiva do sector organizado da produção na tomada de decisões e na responsabilização em muitas das acções a desenvolver; quando considerar a definição das zonas mais apropriadas para o fomento da produção; quando utilizar técnicas susceptíveis de aumentar economicamente as produções unitárias; quando baixar automaticamente os custos de produção; quando provocar a livre iniciativa do agricultor; quando procurar uma política de qualidade do produto agrário que se reflectirá, em valor acrescentado, ao que se vende.

Há que modernizar a agricultura portuguesa, entendendo-se como tal *formar quem a realiza, dimensionar as unidades que a estruturam, produzir com produtividade, corresponsabilizar os agricultores no abastecimento, conduzir os agricultores a disporem das máquinas de comercialização, conservação e transformação e associar os produtores*.

A reconversão e o reordenamento agrícola do território nacional, a obtenção de modelos de desenvolvimento horizontal e a formação permanente, diversificada e estratificada, mas sempre integrada do agricultor português, constituirão marcos a justificar a evolução a que temos de sujeitar o sector, enquadrando-o no espaço geográfico onde somos País, um Povo e uma História. Mas não podemos esquecer que a «mudança» da agricultura portuguesa depende muito da evolução dos outros sectores económicos.

O estabelecimento da produtividade, como fim a perseguir, será a base do apoio ao desenvolvimento calculado e organizado da nossa agricultura, procurando, através de políticas transparentes de crédito diversificado e de preços aos produtos, identificar os «custos sociais» que estamos decididos a empregar para obter os benefícios que se pretendem atingir com uma agricultura que desejamos ver diferente. Os esforços financeiros dirigidos ao que vamos «suportar» na agricultura devem reflectir, claramente, o que vamos mudar ou corrigir, para que possamos ter a agricultura, competitiva e empresarial, dirigida a mercados abertos.

A agricultura portuguesa revela uma necessidade de evolução muito mais aberta ao investimento, constituindo assim uma agricultura mais adequada às nossas disponibilidades. *Há que não ter pressa em a fazer, mas pressa em a começar a fazer. Começar hoje já é tarde!*

Apolinário Vaz Portugal